

# **A CONTRIBUIÇÃO DO PROGRAMA MESTRADO PROFISSIONAL EM ÁREAS PROTEGIDAS NA AMAZÔNIA (MPGAP/INPA), PARA A GOVERNANÇA E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA**

## **1 INTRODUÇÃO**

A Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB), por meio do novo Marco Global da Biodiversidade de Kunming-Montreal, estabelece como um dos objetivos, até 2030, que 30% do planeta esteja sob áreas protegidas efetivamente conservadas e gerenciadas, com representação e governança. O desafio não se limita a ampliação e proteção territorial, mas a qualidade da gestão e sua efetividade, incluindo comunidades locais e tradicionais no processo decisório para fortalecer a sustentabilidade socioambiental (CDB, 2021).

As áreas protegidas são consideradas como importantes estratégias para a proteção ambiental e implementação destas áreas na Amazônia, garante direitos socioambientais às populações humanas existentes além da manutenção da conservação da biodiversidade *in situ*. Mas, não basta haver a criação e o reconhecimento das áreas protegidas, os desafios diante das pressões antrópicas e da intensificação dos eventos extremos das mudanças climáticas, são grandes. Agravados por questões gerenciais como o número reduzido de profissionais nas Unidades de Conservação (VERÍSSIMO, 2011), lento desenvolvimento dos planos de gestão ambiental e territorial em Terras Indígenas, falta de plano ambiental em assentamentos agroextrativistas etc. Estudos recentes indicam que a criação e gestão de Unidades de Conservação (UC) na Amazônia ainda apresentam lacunas quanto à adoção de mecanismos participativos, diagnósticos prévios e instrumentos de gestão adequados, o que fragiliza sua efetividade (FERREIRA, 2021). A simples criação de Unidades de Conservação não assegura, por si só, sua efetividade. A falta de recursos humanos e financeiros, pode colocar em risco a consolidação desses espaços.

Desta forma, o Programa de Mestrado Profissional em Gestão de Áreas Protegidas na Amazônia (MPGAP), vinculado ao Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), assume um papel estratégico ao formar profissionais capacitados para enfrentar os desafios relacionados à governança e à sustentabilidade das Áreas Protegidas, destacando-se como pioneiro na formação de profissionais capacitados para enfrentar os desafios da conservação ambiental e da gestão de áreas protegidas na região amazônica.

Essa perspectiva converge com a análise de Pereira (2021), ao ressaltar a relevância da governança e do manejo adaptativo para a conservação de recursos florestais. Além disso, ao inserir os discentes em uma abordagem global da conservação, o programa amplia a capacidade técnica para articular políticas locais com compromissos internacionais de sustentabilidade, em consonância com a reflexão de Bertoldi e Damasceno (2020) sobre a importância da governança transnacional em iniciativas como o Programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA). De igual modo, ao considerar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) como referência, o MPGAP contribui para fortalecer a inserção das APAs no planejamento ambiental dos municípios amazônicos, aspecto ressaltado por Moia (2024), ao evidenciar a centralidade da governança ambiental local na compatibilização entre conservação e desenvolvimento sustentável. Com isso, a abordagem central deste trabalho está em analisar a contribuição do Programa MPGAP/INPA para o fortalecimento da governança e a sustentabilidade, a partir dos estudos e pesquisas desenvolvidos na Amazônia, das dissertações defendidas no período 2010-2025.

## **2 METODOLOGIA**

Este estudo foi desenvolvido a partir da análise documental de informações institucionais do Programa de Mestrado Profissional em Gestão de Áreas Protegidas na Amazônia (MPGAP/INPA), disponibilizadas no site oficial e em fontes complementares como a Plataforma Sucupira/CAPES.

A pesquisa combina métodos quali-quantitativos de caráter exploratório, buscando compreender a realidade a partir de diferentes perspectivas (MACHADO, 2023). Para isso, foram realizados levantamentos bibliográficos e uma investigação descritiva apoiada em análises documentais. Essa escolha segue a orientação de Figueiredo e Souza (2008), que destacam a importância da análise documental para entender processos institucionais e científicos. Com esse caminho metodológico, procuramos revelar de que forma o MPGAP tem contribuído para a formação de profissionais, para a produção de conhecimento aplicado e para o fortalecimento da governança e da sustentabilidade das Áreas Protegidas na Amazônia.

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

#### 3.1 Programa Mestrado Profissional em Áreas Protegidas na Amazônia (MPGAP/INPA)

O Mestrado Profissional em Gestão de Áreas Protegidas na Amazônia (MPGAP/INPA) possui uma trajetória marcada por importantes marcos institucionais (QUADRO 1) que refletem seu desenvolvimento e consolidação acadêmica ao longo dos anos.

Quadro 1 – Marcos Históricos do MPGAP/INPA (2010–2020).

Ano	Marco Histórico
2010	Criação do Programa de Mestrado Profissional em Gestão de Áreas Protegidas na Amazônia (MPGAP)
2014	Registro do programa na Plataforma Sucupira.
2020	Celebração de 10 anos do MPGAP.

Fonte: Site MPGAP (2025).

O Programa foi construído em parceria com a Escola Latino-Americana de Áreas Protegidas (ELAP) da Universidade para a Cooperação Internacional (UCI) na Costa Rica junto ao INPA e com apoio da Agência Alemã de Cooperação Técnica (GIZ). Atualmente o MPGAP está sob a direção do INPA. Dispõe de infraestrutura, reservas ambientais e estações experimentais do INPA, incluindo salas de aula, dormitórios, refeitório e espaços destinados à atividades práticas e visitas técnicas. O MPGAP é um programa de pós-graduação *stricto sensu*, credenciado junto ao Ministério da Educação (MEC) e pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que visa capacitar gestores para a prática avançada na conservação da Amazônia, incorporando métodos científicos inovadores.

Em 2010, com a primeira turma, estabeleceu-se as bases para a formação de profissionais especializados na gestão de áreas protegidas. Em 2014, o registro na Plataforma Sucupira contribuiu para fortalecer o reconhecimento institucional do MPGAP/INPA, garantindo maior visibilidade e credibilidade no cenário acadêmico nacional. Desde seu credenciamento inicial, o programa já formou 130 mestres, atendendo à crescente demanda por profissionais qualificados, sobretudo na gestão de Unidades de Conservação e Terras Indígenas, que hoje correspondem a mais de 50% do território amazônico.

A formação no programa é multidisciplinar, contemplando áreas como Biologia, Planejamento, Gestão Financeira, Engenharia Florestal e de Pesca, Agronomia, Ecologia, além de aspectos de Economia, Legislação e Desenvolvimento Local, capacitando gestores a articular e implementar processos de manejo integrado e sustentável.

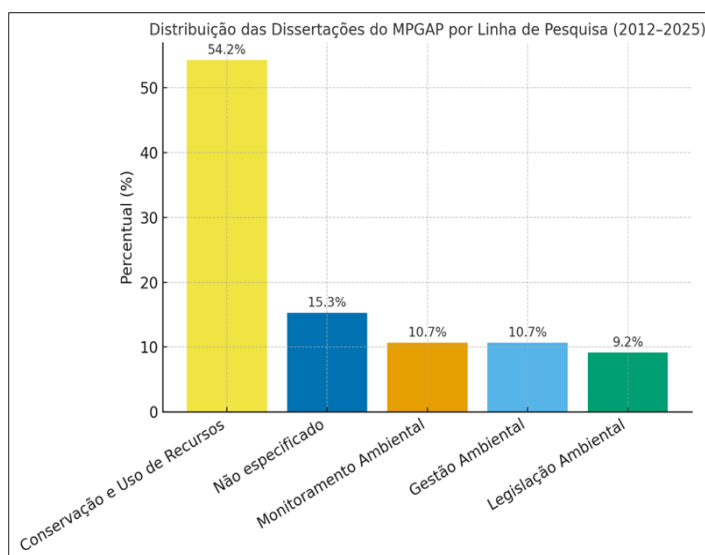
Dez anos após sua criação, em 2020, o programa celebrou uma década de existência por meio de um evento que reuniu docentes, egressos e a ex-coordenadora Dra. Rita Mesquita, momento em que foram destacados os avanços conquistados e os desafios futuros para o fortalecimento contínuo do programa para os estudos e pesquisas desenvolvidos no âmbito da Amazônia.

### 3.2 Linhas de pesquisas

As linhas de pesquisa do programa incluem Conservação e Uso dos Recursos, Gestão Ambiental, Legislação Ambiental e Monitoramento Ambiental, oferecendo um enfoque aplicado e alinhado às demandas contemporâneas de governança e sustentabilidade na Amazônia.

E mais que isso tem um papel fundamental ao promover o diálogo entre academia, governos e comunidades locais, com um papel central na governança ao capacitar profissionais capazes de articular diferentes atores e níveis de decisão, promovendo transparência, participação social e sustentabilidade, ao fomentar práticas de gestão que conciliam conservação ambiental, desenvolvimento econômico e inclusão social, fortalecendo a capacidade da Amazônia de enfrentar desafios ambientais e sociais. Portanto, todos esses esforços articulados entre a academia, governo e comunidades locais e tradicionais visam a aplicação da pesquisa, a ciência e os conhecimentos tradicionais para garantir que as áreas protegidas cumpram plenamente sua função nos estudos e pesquisas na Amazônia.

Figura 1. Distribuição das dissertações defendidas no MPGAP/INPA por linha de pesquisa, no período 2012-2025.



Fonte: Site MPGAP (2025). Elaborado pelos autores.

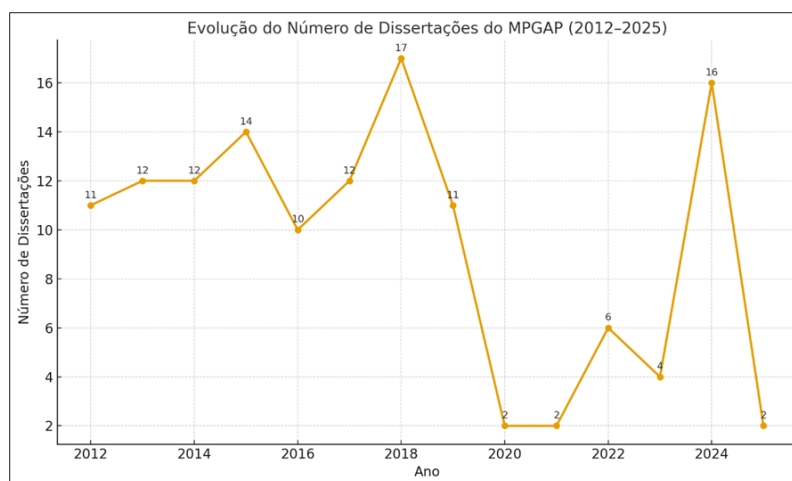
A linha Conservação e Uso de Recursos predomina com maior número das pesquisas realizadas no Programa (71), concentrando-se em estudos da biodiversidade amazônica, seu manejo e estratégias de uso sustentável. Esse resultado é coerente com o propósito do programa e com a necessidade urgente de lidar com os impactos do desmatamento, caça, pesca e

exploração florestal na região amazônica. A ênfase também reflete a demanda prática de gestores que atuam em UC, onde a questão do uso sustentável é central.

Por outro lado, a Gestão Ambiental (14) e o Monitoramento Ambiental (14) apresentam o mesmo número de trabalhos defendidos no período, revelando um equilíbrio entre pesquisas que buscam aprimorar a governança institucional as áreas protegidas e aquelas que focam no diagnóstico ambiental e no acompanhamento de indicadores ecológicos. Essas linhas são complementares, pois o monitoramento fornece dados técnicos para a tomada de decisão. A gestão organiza esses dados em práticas de governança.

A linha de Legislação Ambiental (12) aparece em menor número, porém sua presença é estratégica. Várias dissertações abordam conflitos fundiários, processos de regularização e aspectos legais da proteção ambiental na Amazônia. Apesar de em menor número, relevância é expressiva, pois a linha lida com entraves jurídicos e políticos que frequentemente limitam a efetividade da conservação ambiental.

Figura 2. Análise temporal da variação no número de dissertações produzidas no período 2012 a 2025.

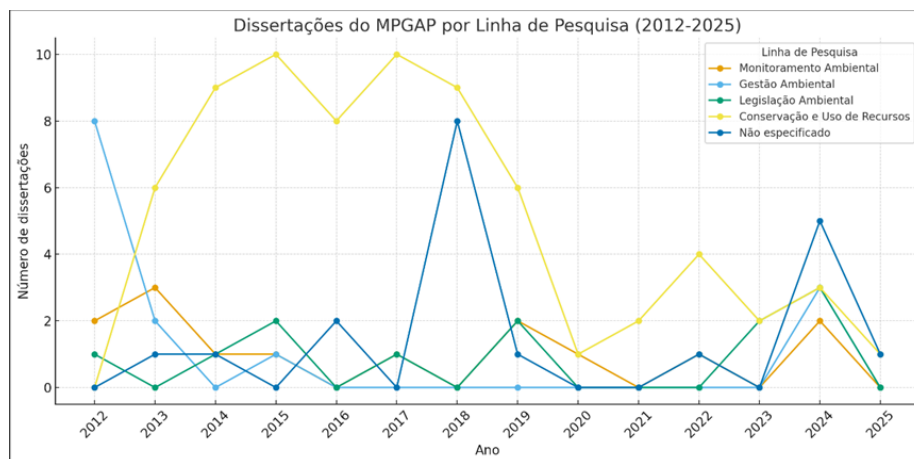


Fonte: Site MPGAP (2025). Elaborado pelos autores.

A Figura 2, demonstra que a forte queda nas defesas de dissertações ocorrida entre em 2020-2021 coincide com o período mais crítico da pandemia de COVID-19, que interrompeu atividades de campo, limitou deslocamentos e afetou cronogramas de defesa do PPG. Esse resultado é coerente com o padrão de várias pós-graduações brasileiras, que enfrentaram dificuldades de continuidade no período.

A retomada, em 2022 - 2024, do crescimento de defesa de dissertações evidencia a capacidade de resiliência da comunidade do PPG – MPGAP, indicando que as metas e objetivos estão direcionadas para o momento amazônico, na missão de formar profissionais aptos a atuar na gestão de áreas protegidas da Amazônia.

Figura 3. Análise temporal da variação no número de dissertações produzidas por linha de pesquisa no período 2012 a 2025.



Fonte: Site MPGAP (2025). Elaborado pelos autores.

A figura 3 mostra que nos primeiros anos (2012–2014), a produção acadêmica do programa estava distribuída entre as linhas de pesquisas de forma relativamente equitativa. A partir de 2015, houve uma concentração nas linhas Conservação e Uso de Recursos, provavelmente em resposta à pressão crescente por soluções práticas frente ao avanço do desmatamento e aos desafios do uso sustentável dos recursos amazônicos.

O aumento na linha de pesquisas de Gestão Ambiental em 2024, refletiu um novo momento para políticas públicas ambientais, ou ainda maior ênfase em governança, participação social e planejamento estratégico das unidades de conservação.

A Legislação Ambiental, apesar de aparecer em menor número de dissertações, mostra regularidade em anos-chave (2012, 2014, 2017, 2019, 2023 e 2024). Isso sugere que, mesmo em menor número, existe uma preocupação contínua com a dimensão jurídica da conservação, crucial para a resolução de conflitos e para a garantia da efetividade legal das áreas protegidas.

A Figura 1 e 2, demonstram que o PPG-MPGAP/INPA tem um papel estratégico na formação de profissionais com alta capacidades específicas para as complexidades do desenvolvimento sustentável na Amazônia para gestão em áreas protegidas. Até o momento desta pesquisa, foram produzidos um total de 130 dissertações, com média de 10 por ano desde o início das publicações (2012), com ênfase em pesquisas aplicadas à conservação e uso sustentável de recursos naturais. Embora existam oscilações ligadas a fatores externos (como a pandemia), a comunidade do programa demonstrou resiliência e capacidade de adaptação.

No início do programa a maioria das dissertações era de profissionais que já atuavam na gestão de áreas protegidas. Todavia, ao analisar as últimas dissertações, percebeu-se que parte delas são de discentes que nunca atuaram na área. Isso mostra que o programa não só capacita, mas também forma novos gestores.

#### 4 CONCLUSÃO

O MPGAP com as informações apresentadas, consolida seu papel estratégico na formação de profissionais qualificados para enfrentar os desafios da conservação na Amazônia. Com uma perspectiva multidisciplinar, o curso contribui para o fortalecimento das políticas públicas ambientais, o aprimoramento da gestão de áreas protegidas e a criação de lideranças locais capacitadas. Além disso, ao integrar atividades práticas em unidades de conservação e reservas de desenvolvimento sustentável, o programa aproxima a formação acadêmica das realidades socioambientais da região, aumentando sua relevância social e científica.

Dessa forma, o MPGAP constitui-se como um espaço formativo essencial à consolidação das áreas de proteção ambiental, enquanto instrumentos eficazes de governança e de promoção da sustentabilidade na Amazônia.

## REFERÊNCIAS

BERTOLDI, Márcia Regina; DAMASCENO, Áurea T. de Mello. A conservação da biodiversidade na Amazônia e a governança transnacional ambiental: o Programa Áreas Protegidas da Amazônia – ARPA e o Parque Nacional do Cabo Orange. *Revista de Direito da Cidade*, v. 12, n. 2, p. 916-942, 2020. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rdc/article/view/50889>. Acesso em: 22 ago. 2025.

CBD – CONVENTION ON BIOLOGICAL DIVERSITY. *First Draft of The Post-2020 Global Biodiversity Framework*. 2021. Disponível em: <https://www.cbd.int/doc/c/abb5/591f/2e46096d3f0330b08ce87a45/wg2020-03-03-en.pdf>. Acesso em: 5 jun. 2023.

FERREIRA, Hueliton da Silveira. *A governança na gestão das unidades de conservação da Amazônia: o SNUC em questão*. 2021. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2021. Disponível em: <https://ri.ufs.br/handle/riufs/15256>. Acesso em: 22 ago. 2025.

FIGUEIREDO, Antônio Macena; SOUZA, Soraia Riva Goudinho. *Como elaborar projetos, monografias, dissertações e teses*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

INPA – INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS DA AMAZÔNIA. *Apresentação — MPGAP. Plataforma Átrio (Solução Átrio)*. 2025. Disponível em: <https://w2.solucaoatrio.net.br/somos/inpa-mpgap/index.php/pt/apresentacao>. Acesso em: 21 ago. 2025, 21h30.

MACHADO, Júnior F. *Metodologias de pesquisa: um diálogo quantitativo, qualitativo e quali-quantitativo*. *Devir Educação*, v. 7, n. 1, 2023.

MOIA, Gabriel Costa Maciel. *Governança ambiental nos municípios da Amazônia Legal brasileira através dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável*. 2024. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/17554>. Acesso em: 22 ago. 2025.

PEREIRA, Stefany de Souza. *Governança local dos recursos florestais em unidade de conservação: um estudo teórico-conceitual*. 2021. Monografia (Graduação em Engenharia Florestal) – Universidade Federal Rural da Amazônia, Belém, 2021. Disponível em: <https://bdta.ufra.edu.br/jspui/handle/123456789/2735>. Acesso em: 22 ago. 2025.

VERÍSSIMO, Adalberto. *Áreas protegidas na Amazônia brasileira: avanços e desafios*. 2011.